

## Proc. Administrativo Projeto de Lei - 048/2025

---

**De:** Danilo P. - CM-DA-PG

**Para:** CM-DA-SG - Secretária Geral

**Data:** 14/07/2025 às 08:28:23

**Setores (CC):**

CM-DA-SG

**Setores envolvidos:**

CM-DA-PG, CM-DL, CM-DA-SG, CM-PL, CM-AJ, CM-AP, CM-V -PCR, CM-V -SRM, CM-V -EVC, CM-V -IP, CM-V -LP, CM-AP-2, CM-V -JF, CV-RC, CV-EFP, CV-LAN

### **PROJETO DE LEI 48-2025 (REG URG) Cria o Conselho Municipal de Promoção de Igualdade Racial (CMPIR) e o Fundo Municipal de Promoção de Igualdade Racial do Município de Chopinzinho**

PROJETO DE LEI N° 48-2025 DE 09 DE JULHO DE 2025

AUTORIA:EXECUTIVO

EMENTA:Cria o Conselho Municipal de Promoção de Igualdade Racial (CMPIR) e o Fundo Municipal de Promoção de Igualdade Racial do Município de Chopinzinho

LINK DO PROCESSO LEGISLATIVO NO SAPL: <https://sapl.chopinzinho.pr.leg.br/materia/2271>

LINK DO MEMORANDO DA PREFEITURA (ENCAMINHAMENTO DO PROJETO):[https://chopinzinho.1doc.com.br/?pg=doc/ver&hash=7B4D0AC62426C43DEC13467D&itd=1&origem=painel\\_setor](https://chopinzinho.1doc.com.br/?pg=doc/ver&hash=7B4D0AC62426C43DEC13467D&itd=1&origem=painel_setor)

—  
**Danilo dos Santos Pinto**  
TÉCNICO ADMINISTRATIVO

*Datado e assinado digitalmente*

*Câmara Municipal de Chopinzinho*

**Anexos:**

Projeto\_de\_Lei\_048\_2025\_assinado.pdf



**Mensagem nº 048/2025**

**Chopinzinho, 09 de julho de 2025**

Senhora Presidente,  
Senhoras e Senhores Vereadores,

Encaminhamos à apreciação dessa Câmara Municipal o Projeto de Lei nº 048/2025 que institui o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (COMPIR) e cria o Fundo Municipal de Promoção da Igualdade Racial no âmbito do Município de Chopinzinho.

A proposta visa fortalecer as políticas públicas voltadas à promoção da igualdade racial, ao enfrentamento do racismo e à valorização da diversidade étnico-racial, em consonância com a Constituição Federal, o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010) e a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

O COMPIR será um órgão consultivo e deliberativo, com composição paritária entre governo e sociedade civil, e terá como funções propor, acompanhar e fiscalizar políticas públicas de combate às desigualdades raciais. Já o Fundo Municipal será o instrumento de suporte financeiro para viabilizar as ações do Conselho, campanhas educativas, programas de inclusão e outras iniciativas afirmativas.

Além de ampliar a participação social, a medida permitirá que Chopinzinho acesse recursos e programas dos governos estadual, federal e de organismos internacionais, reforçando seu compromisso com os direitos humanos, a cidadania e a justiça social.

Diante da previsão da Secretaria Estadual da Mulher, Idoso e Igualdade Racial (SEMIPI) de realizar, já no próximo mês de agosto, o repasse de recursos financeiros aos municípios que estiverem com o Conselho de Promoção da Igualdade Racial ativo, Fundo Municipal instituído e Plano elaborado, solicitamos a apreciação do presente Projeto de Lei em regime de urgência, a fim de garantir que o Município de Chopinzinho esteja apto a acessar tais recursos e não perca essa importante oportunidade de fomento às políticas públicas de igualdade racial.

Assim sendo, contamos com o apoio desta Casa Legislativa para a aprovação do presente Projeto de Lei.

Atenciosamente,

**Álvaro Dênis Ceni Scolari**  
Prefeito Municipal





**PROJETO DE LEI Nº 048, DE 09 DE JULHO DE 2025**

**Cria o Conselho Municipal de Promoção de Igualdade Racial (CMPIR) e o Fundo Municipal de Promoção de Igualdade Racial do Município de Chopinzinho, e dá outras providências.**

**Capítulo I**  
**Disposições Gerais**

**Art. 1º** Ficam criados, no âmbito do Município de Chopinzinho, o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (CMPIR) e o Fundo Municipal de Promoção da Igualdade Racial (FMPPIR).

**Capítulo II**  
**Do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial**

**Art. 2º** O CMPIR tem por finalidade propor, acompanhar, fiscalizar e avaliar políticas públicas voltadas à promoção da igualdade racial, à superação do racismo estrutural e institucional, e à valorização da diversidade étnico-racial no município, sendo um espaço permanente de participação social, composto por representantes do poder público e da sociedade civil.

Parágrafo único. São competências do CMPIR:

- I - Contribuir para a formulação de políticas públicas que assegurem os direitos da população negra, indígena, quilombola e de outros grupos étnico-raciais historicamente discriminados;
- II - Promover o enfrentamento de todas as formas de racismo, preconceito, intolerância e discriminação racial;
- III - Fomentar a equidade racial nas áreas de educação, saúde, cultura, trabalho, segurança, moradia e direitos humanos;
- IV - Acompanhar a implementação de ações afirmativas e de reparação social;
- V - Estimular a articulação entre órgãos governamentais, entidades civis e a comunidade para fortalecer a cidadania e a justiça racial;
- VI - Atuar como instância de controle social, monitoramento e avaliação das políticas públicas de igualdade racial no território municipal.

**Art. 3º** O Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial é integrado por 8(oito) conselheiros titulares, sendo 4 (quatro) representantes do Poder Público e 4 (quatro) representantes da Sociedade Civil organizada, e 8 (oito) suplentes na mesma



configuração, os quais serão nomeados e empossados por meio de Decreto do Poder Executivo, com a seguinte composição:

## §1º Representantes do Poder Público:

I - um integrante do Departamento da Cultura, com formação ou atuação em políticas culturais, e um suplente;

II - um integrante da Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Direitos Humanos com atuação em políticas sociais, e um suplente;

III - um integrante da Secretaria da Educação, com formação em educação para as relações étnico-raciais, e um suplente;

IV - um integrante da Secretaria da Saúde, com atuação em políticas de saúde para a população negra, e um suplente.

## §2º Representantes da sociedade civil organizada:

I) um integrante do Movimento Negro, com experiência em questões de igualdade racial, e um suplente;

II- um integrante representante da cultura indígena; e um suplente

III - um integrante da APAE como representante dos PCDs negros e indígenas e os demais; e um suplente;

IV - um integrante do Movimento das Mulheres Negras, com atuação nas questões de gênero e igualdade racial, e um suplente.

§3º O Conselho reunir-se-á ordinariamente bimestralmente e, extraordinariamente quando convocado pelo Presidente.

§4º As reuniões do Conselho terão caráter deliberativo, consultivo, propositivo e fiscalizador, cabendo aos conselheiros a apreciação dos projetos apresentados.

§5º A participação das entidades de classe será efetivada por meio do envio de pareceres prévios acerca dos projetos discutidos pelo Conselho.

§6º As reuniões do Conselho serão abertas à participação de qualquer interessado, sendo garantido o direito à palavra.

§7º Todas as reuniões serão registradas em um Livro Ata, que será assinado por todos os presentes e lida na reunião seguinte.

**Art. 4º** O CMPIR é órgão consultivo, deliberativo e propositivo, vinculado à Secretaria de Assistência Social, Mulher e Direitos Humanos, com atuação autônoma e composição paritária entre representantes do poder público e da sociedade civil.

§1º A participação no Conselho é considerada serviço de relevante interesse público, não remunerada.



§2º Os conselheiros titulares e suplentes terão mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução. A ausência injustificada em 2 (duas) reuniões ordinárias poderá acarretar substituição, mediante decisão do plenário do CMPIR.

§3º Os casos omissos serão resolvidos pelo plenário do CMPIR, respeitada a legislação vigente.

§4º Propostas de alteração desta Lei poderão ser apresentadas por qualquer membro do CMPIR, devendo ser aprovadas por maioria simples em reunião extraordinária convocada para esse fim.

§5º O CMPIR deverá zelar pelos princípios da igualdade racial, justiça social, inclusão e respeito à diversidade étnico-racial, atuando de forma transparente, democrática e participativa.

§6º O Regimento Interno do CMPIR deverá ser aprovado em até 60 (sessenta) dias da publicação desta Lei.

**Art. 5º** O município de Chopinzinho instituirá o Plano Municipal para a Promoção da Igualdade Racial, garantindo a participação da sociedade civil na elaboração e acompanhamento do plano, de forma a assegurar a efetividade das políticas públicas de igualdade racial.

### Capítulo III

#### Do Fundo Municipal de Promoção da Igualdade Racial

**Art. 6º** Fica instituído o Fundo Municipal de Promoção da Igualdade Racial (FMPPIR), vinculado à Secretaria de Assistência Social, Mulher e Direitos Humanos, destinado a financiar programas, projetos e ações que promovam a igualdade racial no Município.

**Art. 7º** Constituem recursos do FMPPIR:

I - a dotação a ele consignada no orçamento do Município, em rubrica orçamentária específica;

II - recursos provenientes do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (CONSEPIR);

III - recursos provenientes do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR);

IV - recursos provenientes do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR);

V - doações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados, incluindo as doações de entidades privadas, organizações não governamentais, nacional ou internacionais;

VI - rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e aplicações de capital;



VII - outros recursos que forem destinados pela Administração Pública Direta e Indireta;

VIII - recursos provenientes de fundos sociais de empresas estatais.

§1º Os recursos financeiros destinados ao Fundo serão depositados em conta especial e independente, a ser aberta e mantida em banco oficial no Município, garantindo a transparência na alocação e execução dos recursos.

§2º A aplicação de recursos dependerá sempre da existência de disponibilidade financeira, conforme a programação definida pelo Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial - COMPIR, garantindo que os recursos sejam aplicados de acordo com o plano de ação da política de igualdade racial, em conformidade com as diretrizes da Lei nº 12.288/2010.

**Art. 8º** A aplicação dos recursos do FMPPIR observará os seguintes critérios:

I - transparência, legalidade e eficiência;

II - atendimento às diretrizes aprovadas pelo COMPIR;

III - priorização de ações afirmativas voltadas a populações vulnerabilizadas racialmente.

**Art. 9º** A gestão financeira do FMPPIR será exercida pela Secretaria de Assistência Social, Mulher e Direitos Humanos, sendo este o ordenador de despesas, cabendo-lhe:

I - a prática de todos os atos administrativos necessários à execução dos recursos do Fundo, relacionados aos sistemas de planejamento financeiro e administração geral, conforme as diretrizes da Lei nº 12.288/2010 e as políticas públicas de ação afirmativa estabelecidas no art. 56;

II - o controle e contabilidade do Fundo, conforme previamente aprovado pelo Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial - COMPIR;

III - emitir notas de empenho, cheques e ordens de pagamento, de acordo com a legislação vigente;

IV - obter da Secretaria Municipal de Administração e Finanças os demonstrativos que indiquem a situação econômico-financeira do Fundo;

V - manter, em coordenação com o setor de Patrimônio do Município, o controle da alienação dos bens patrimoniais que se constituíam em receita do Fundo;

VI - encaminhar ao Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial relatórios de acompanhamento e avaliação do Plano de Aplicação de recursos do Fundo, e, quando solicitado, a avaliação da situação econômico-financeira do Fundo, conforme demonstrativos emitidos pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças;

VII - receber, examinar, acompanhar, instruir, tramitar e processar as prestações de contas do Fundo;



VIII - elaborar, apresentar e dar publicidade ao relatório anual de todas as atividades desenvolvidas pelo Conselho no período, encaminhando-o ao Prefeito, aos representantes dos demais Poderes e à Sociedade Civil, conforme as diretrizes de transparência e controle social.

**Art. 10** Compete ao Titular da Secretaria de Assistência Social, Mulher e Direitos Humanos:

I - a função de ordenador de despesa, garantindo a execução dos recursos do Fundo conforme o Plano de Políticas Públicas de Igualdade Racial;

II - autorizar a prática dos atos administrativos necessários à execução dos recursos do Fundo;

III - autorizar a instauração e homologação de licitação, dispensa ou demais procedimentos correlatos, nos termos da legislação aplicável, e conforme as diretrizes da Lei nº 12.288/2010, que assegura a implementação das ações afirmativas nas áreas de educação, emprego, moradia e outras;

IV - autorizar as notas de empenho, cheques e ordens de pagamento, para garantir a alocação eficiente dos recursos destinados à promoção da igualdade racial.

**Art. 11.** Os saldos financeiros do Fundo Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, constantes do balanço anual geral serão transferidos para o exercício seguinte, garantindo a continuidade das ações de promoção da igualdade racial e o uso eficiente dos recursos públicos.

#### **Capítulo IV** **Disposições Finais**

**Art. 12.** O Poder Executivo regulamentará, no que couber, a presente Lei no prazo de até 90 (noventa) dias.

**Art. 13.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 14.** Revoga-se a Lei Municipal nº 3.649, de 01 de setembro de 2017.

**GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO - PR, 09 DE JULHO DE 2025.**

**ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO**  
Prefeito Municipal



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: CCAD-B6C7-3038-38C8

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO (CPF 009.XXX.XXX-40) em 10/07/2025 11:53:40 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/CCAD-B6C7-3038-38C8>



**Proc. Administrativo Projeto de Lei - 1- 048/2025**

**De:** Danilo P. - CM-DA-PG

**Para:** CM-AJ - Assessoria Jurídica

**Data:** 14/07/2025 às 08:28:48

**Setores (CC):**

CM-DL, CM-DA-SG, CM-PL, CM-AJ, CM-AP, CM-V -PCR, CM-V -SRM, CM-V -EVC, CM-V -IP, CM-V -LP, CM-AP-2, CM-V -JF, CV-RC, CV-EFP, CV-LAN

segue para conhecimento

—

**Danilo dos Santos Pinto**  
TÉCNICO ADMINISTRATIVO

*Datado e assinado digitalmente*

***Câmara Municipal de Chopinzinho***

## Proc. Administrativo Projeto de Lei - 2- 048/2025

**De:** Gézica B. - CM-DA-SG

**Para:** CM-AJ - Assessoria Jurídica

**Data:** 14/07/2025 às 16:01:43

**Setores (CC):**

CM-DA-PG, CM-DA-SG, CM-PL, CM-AJ

### ENCAMINHAMENTO DA PRESIDÊNCIA

Encaminho o Projeto de Lei à Procuradoria Legislativa Rubia Mara Storti Rocha - CM-PL para emissão de Orientação Jurídica, no prazo de 03 (três) dias úteis, prorrogável por igual período, a contar do primeiro dia útil seguinte ao envio deste despacho.

Encaminha-se, ainda, o projeto à Assessoria Jurídica Luana Varaschim Perin - CM-AJ, para análise e suporte nas reuniões das comissões, sendo a primeira agendada para o dia 16 de julho de 2025.

Datado e assinado digitalmente.

**Lídia Posso**

**Presidente**

**Câmara Municipal de Chopinzinho**

---

Assinado digitalmente (emissão) por:

Assinante	Data	Assinatura	
Lídia Posso	14/07/2025 16:54:25	1Doc	LÍDIA POSSO CPF 024.XXX.XXX-96

Para verificar as assinaturas, acesse <https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **9824-AEE2-1D9D-DBAE**

**Proc. Administrativo Projeto de Lei - 3- 048/2025**

**De:** Gézica B. - CM-DA-SG

**Para:** CM-DA-PG - Protocolo Geral

**Data:** 14/07/2025 às 16:02:31

**Setores (CC):**

CM-DA-PG, CM-DA-SG

Projeto de Lei incluído na pauta da Sessão Plenária Ordinária a ser realizada em 15 de julho de 2025, para encaminhamento às comissões competentes, por determinação da Presidência.

—  
**Gézica Bertoldi**

*Secretária Geral*

*CRA-PR Nº 20-31205*

*(Datado e assinado digitalmente)*

*Câmara Municipal de Chopinzinho*

## Proc. Administrativo Projeto de Lei - 4- 048/2025

**De:** Gézica B. - CM-DA-SG

**Para:** CM-AJ - Assessoria Jurídica

**Data:** 16/07/2025 às 17:39:16

**Setores (CC):**

CM-DA-PG, CM-DA-SG, CM-AJ, CM-AP

Informo que, conforme registrado em ata e transmitido ao vivo durante a Sessão Ordinária realizada em 15 de julho de 2025, a Presidente Lídia Posso encaminhou o Projeto de Lei às seguintes Comissões Permanentes, nos termos do art. 131 do Regimento Interno:

- Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final;
- Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Públicas;
- Comissão de Infraestrutura, Bem-Estar Social e Desenvolvimento Local.

Na mesma ocasião, foi reconhecida pela Presidente, a presença da justificativa exigida pelo art. 169 do Regimento Interno, admitindo-se a tramitação do projeto em rito sumário, com instrução inicial a cargo da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, conforme prazos regimentais.

—

**Gézica Bertoldi**

*Secretária Geral*

*CRA-PR N° 20-31205*

*(Datado e assinado digitalmente)*

*Câmara Municipal de Chopinzinho*

**Proc. Administrativo Projeto de Lei - 5- 048/2025**

**De:** Gézica B. - CM-DA-SG

**Para:** CM-AJ - Assessoria Jurídica

**Data:** 21/07/2025 às 15:40:33

**Setores (CC):**

CM-DA-PG, CM-DA-SG, CM-AJ, CM-AP

Encaminhado parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

—

**Gézica Bertoldi**

*Secretária Geral*

*CRA-PR Nº 20-31205*

*(Datado e assinado digitalmente)*

*Câmara Municipal de Chopinzinho*

**Anexos:**

Parecer\_CCJRF\_Projeto\_de\_Lei\_n\_048\_2025.pdf



# Câmara Municipal de Chopinzinho

CNPJ 77.774.511/0001-95

e-mail: [camara@chopinzinho.pr.leg.br](mailto:camara@chopinzinho.pr.leg.br) – site: [www.camarachopinzinho.pr.gov.br](http://www.camarachopinzinho.pr.gov.br)

Rua Diogo Antônio Feijó, 4073 – Centro – Anexo ao Banco do Brasil

**Fone: (46) 3242-1686/1407**

85560-000

Chopinzinho

Paraná

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

### VOTO DA VEREADOR-RELATOR

#### Proc. Administrativo Projeto de Lei n. 048/2025

**Tipo de Matéria:** Projeto de Lei Ordinária

**Número da Matéria:** 048/2025 de 09/07/2025

**Vereador-relator:** Paulo Rosa

**Data do Protocolo:** 14/07/2025

**Autor:** Poder Executivo Municipal

**Ementa:** Cria o Conselho Municipal de Promoção de Igualdade Racial (CMPIR) e o Fundo Municipal de Promoção de Igualdade Racial do Município de Chopinzinho.

**Conclusão do Relator:** Favorável à tramitação da matéria.

#### 1. RELATÓRIO

Submete-se à apreciação desta Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final o **PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 048/2025, DE 09 DE JULHO DE 2025**, tem por objetivo instituir o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial e o respectivo Fundo Municipal, com a finalidade de fortalecer as políticas públicas voltadas à promoção da igualdade racial, enfrentamento ao racismo e valorização da diversidade étnico-racial no município.

A proposta apresenta-se em consonância com os princípios constitucionais da igualdade, dignidade da pessoa humana, e com a legislação federal, especialmente a Lei nº 12.288/2010, Estatuto da Igualdade Racial, além de atender às diretrizes da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

A proposição encontra respaldo na competência do Município para legislar sobre assuntos de interesse local (art. 30, inciso I, da Constituição Federal) e criar conselhos e fundos vinculados à administração pública municipal.

Em relação à técnica legislativa e à juridicidade, o Projeto apresenta boa redação e clareza nos dispositivos, respeitando os princípios da legalidade, impessoalidade e publicidade, bem como estabelece mecanismos de controle social e transparência na aplicação dos recursos do Fundo.

#### 2. POSICIONAMENTO PESSOAL

Do ponto de vista pessoal, entendo que a proposta apresentada no **PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 048/2025, DE 09 DE JULHO DE 2025**, representa um avanço significativo na construção de uma sociedade mais justa, plural e igualitária.

É papel do poder público garantir espaços de participação social e o fortalecimento de políticas públicas que combatam as desigualdades históricas e estruturais, especialmente aquelas que atingem grupos racialmente vulnerabilizados. O CMPIR, ao contar com composição paritária entre governo e sociedade civil, promove a escuta qualificada e a atuação conjunta, elementos fundamentais para o sucesso das ações afirmativas.



# Câmara Municipal de Chopinzinho

CNPJ 77.774.511/0001-95

e-mail: [camara@chopinzinho.pr.leg.br](mailto:camara@chopinzinho.pr.leg.br) – site: [www.camarachopinzinho.pr.gov.br](http://www.camarachopinzinho.pr.gov.br)

Rua Diogo Antônio Feijó, 4073 – Centro – Anexo ao Banco do Brasil

**Fone: (46) 3242-1686/1407**

85560-000

Chopinzinho

Paraná

Destaco ainda que a instituição de um Fundo específico assegura não apenas a viabilidade financeira dessas políticas, mas também a transparência e o controle social sobre sua aplicação, em consonância com os princípios da administração pública.

Por fim, parabeno o Executivo Municipal pela sensibilidade e compromisso com a pauta da igualdade racial, e reitero meu voto favorável ao projeto, confiando que esta Casa Legislativa saberá reconhecer sua importância para o desenvolvimento humano e social de nosso município.

### 3. MANIFESTAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO

Encaminho este voto aos demais membros da Comissão, e solicito que se manifestem eletronicamente no momento da reunião oficial da Comissão. As opções disponíveis para manifestação, conforme Regimento Interno e o sistema de tramitação e assinaturas digitais oficial da Câmara, são as seguintes:

- 1 - Favorável à tramitação: deverá assinar eletronicamente este voto.
- 2 - Favorável à tramitação com restrições: deverá assinar eletronicamente este voto e informar as restrições.
- 3 - Contrário à tramitação: deverá recusar a assinatura deste voto e, se julgar necessário, protocolar seu voto separado via sistema, no prazo definido pela maioria dos membros da comissão durante a reunião oficial.

Caso este voto obtenha o acompanhamento da maioria dos membros, será automaticamente considerado como o Parecer da Comissão, referente ao Projeto de Lei, sem a necessidade de elaboração de outro documento, conforme disposto no Regimento Interno.

Se, entretanto, este voto não obtiver o acompanhamento da maioria, o presidente da comissão designará um novo relator, que apresentará um novo voto no prazo regimental. Nesse caso, este voto será registrado como voto vencido e permanecerá acessível no processo eletrônico para fins de consulta.

### 4. CONCLUSÃO

Diante do exposto, concluo que o **PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 048/2025, DE 09 DE JULHO DE 2025** está em conformidade com os princípios constitucionais e legais vigentes, sendo juridicamente adequado, oportuno e de grande interesse público.

Por fim, considerando que não foram identificadas inconstitucionalidades ou ilegalidades formais ou materiais que impeçam a tramitação e eventual aprovação da matéria, conforme proposição do **PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 048/2025, DE 09 DE JULHO DE 2025**, meu voto é **FAVORÁVEL** à sua **TRAMITAÇÃO**.

Câmara Municipal de Chopinzinho, 17 de julho de 2025.

Paulo Rosa  
**Vereador-relator**  
(Assinado digitalmente)



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 9DFB-77F5-42EF-B857

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ PAULO CESAR DA ROSA (CPF 044.XXX.XXX-20) em 17/07/2025 15:52:17 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ LOELI ANA NERVIS (CPF 835.XXX.XXX-72) em 17/07/2025 15:53:56 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ JORCÉLIO FARIAS (CPF 828.XXX.XXX-72) em 17/07/2025 16:19:53 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/9DFB-77F5-42EF-B857>



**Proc. Administrativo Projeto de Lei - 6- 048/2025**

**De:** Gézica B. - CM-DA-SG

**Para:** CM-AJ - Assessoria Jurídica

**Data:** 21/07/2025 às 17:04:14

**Setores (CC):**

CM-DA-PG, CM-DA-SG, CM-AJ, CM-AP

Encaminhado parecer favorável da Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Públicas.

—

**Gézica Bertoldi**

*Secretária Geral*

*CRA-PR Nº 20-31205*

*(Datado e assinado digitalmente)*

*Câmara Municipal de Chopinzinho*

**Anexos:**

Parecer\_COFCP\_Projeto\_de\_Lei\_n\_048\_2025.pdf



# Câmara Municipal de Chopinzinho

CNPJ 77.774.511/0001-95

e-mail: [camara@chopinzinho.pr.leg.br](mailto:camara@chopinzinho.pr.leg.br) – site: [www.camarachopinzinho.pr.gov.br](http://www.camarachopinzinho.pr.gov.br)

Rua Diogo Antônio Feijó, 4073 – Centro – Anexo ao Banco do Brasil

**Fone: (46) 3242-1686/1407**

85560-000

Chopinzinho

Paraná

## COMISSÃO DE ORÇAMENTOS FINANÇAS E CONTAS PÚBLICAS

### VOTO DA VEREADOR-RELATOR

#### Proc. Administrativo Projeto de Lei n. 048/2025

**Tipo de Matéria:** Projeto de Lei Ordinária

**Número da Matéria:** 048/2025 de 09/07/2025

**Vereador-relator:** Edilson Francisco Possera

**Data do Protocolo:** 14/07/2025

**Autor:** Poder Executivo Municipal

**Ementa:** Cria o Conselho Municipal de Promoção de Igualdade Racial (CMPIR) e o Fundo Municipal de Promoção de Igualdade Racial do Município de Chopinzinho.

**Conclusão do Relator:** Favorável à tramitação da matéria.

#### 1. RELATÓRIO

Submete-se à apreciação desta Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Públicas ao **PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 048/2025, DE 09 DE JULHO DE 2025**, de iniciativa do Poder Executivo, propõe a criação do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (COMPIR) e do Fundo Municipal de Promoção da Igualdade Racial (FMPPIR), com o objetivo de fortalecer as ações e políticas públicas voltadas à promoção da igualdade racial no município.

A proposta está acompanhada de justificativa técnica e legal, e sua implementação está alinhada com diretrizes nacionais e estaduais sobre o tema, inclusive sendo condição para o acesso a recursos financeiros por parte do Governo do Estado.

Do ponto de vista orçamentário, o projeto prevê a criação de um fundo específico vinculado à Secretaria de Assistência Social, Mulher e Direitos Humanos, com fontes de recursos definidas em seu texto, incluindo dotações orçamentárias próprias, transferências de outros entes federativos, doações e rendas eventuais.

A proposta respeita os princípios da responsabilidade fiscal, uma vez que a aplicação dos recursos do Fundo dependerá da existência de disponibilidade financeira e seguirá diretrizes estabelecidas no plano de ação aprovado pelo COMPIR, com previsão de controle e transparência dos gastos públicos.

Adicionalmente, o projeto não cria despesas imediatas obrigatórias nem impacta de forma negativa o equilíbrio orçamentário do Município, estando sua execução condicionada à alocação de recursos por meio de planejamento orçamentário adequado.





# Câmara Municipal de Chopinzinho

CNPJ 77.774.511/0001-95

e-mail: [camara@chopinzinho.pr.leg.br](mailto:camara@chopinzinho.pr.leg.br) – site: [www.camarachopinzinho.pr.gov.br](http://www.camarachopinzinho.pr.gov.br)

Rua Diogo Antônio Feijó, 4073 – Centro – Anexo ao Banco do Brasil

Fone: (46) 3242-1686/1407

85560-000

Chopinzinho

Paraná

## 2. POSICIONAMENTO PESSOAL

Do ponto de vista pessoal, entendo que a proposta apresentada no **PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 048/2025, DE 09 DE JULHO DE 2025**, não apenas um avanço na promoção da igualdade racial em nosso município, mas também uma demonstração clara de responsabilidade na gestão pública.

A criação do Fundo Municipal de Promoção da Igualdade Racial (FMPPIR), com fontes de recursos bem definidas, critérios de aplicação transparentes e mecanismos de controle social, revela um compromisso com a boa governança e com o uso eficiente do dinheiro público.

Destaco que o projeto respeita os limites legais e orçamentários, e ao mesmo tempo se apresenta como uma oportunidade concreta de captação de recursos estaduais e federais, o que reforça a capacidade do Município de ampliar suas políticas públicas sem comprometer o orçamento municipal.

A promoção da igualdade racial exige, além de vontade política, estrutura financeira organizada, e este projeto oferece os instrumentos necessários para isso. Por essa razão, manifesto meu apoio integral à matéria e reforço a importância de sua aprovação por esta Casa Legislativa.

## 3. MANIFESTAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO

Encaminho este voto aos demais membros da Comissão, e solicito que se manifestem eletronicamente no momento da reunião oficial da Comissão. As opções disponíveis para manifestação, conforme Regimento Interno e o sistema de tramitação e assinaturas digitais oficial da Câmara, são as seguintes:

- 1 - Favorável à tramitação: deverá assinar eletronicamente este voto.
- 2 - Favorável à tramitação com restrições: deverá assinar eletronicamente este voto e informar as restrições.
- 3 - Contrário à tramitação: deverá recusar a assinatura deste voto e, se julgar necessário, protocolar seu voto separado via sistema, no prazo definido pela maioria dos membros da comissão durante a reunião oficial.

Caso este voto obtenha o acompanhamento da maioria dos membros, será automaticamente considerado como o Parecer da Comissão, referente ao Projeto de Lei, sem a necessidade de elaboração de outro documento, conforme disposto no Regimento Interno.

Se, entretanto, este voto não obtiver o acompanhamento da maioria, o presidente da comissão designará um novo relator, que apresentará um novo voto no prazo regimental. Nesse caso, este voto será registrado como voto vencido e permanecerá acessível no processo eletrônico para fins de consulta.



# Câmara Municipal de Chopinzinho

CNPJ 77.774.511/0001-95

e-mail: [camara@chopinzinho.pr.leg.br](mailto:camara@chopinzinho.pr.leg.br) – site: [www.camarachopinzinho.pr.gov.br](http://www.camarachopinzinho.pr.gov.br)

Rua Diogo Antônio Feijó, 4073 – Centro – Anexo ao Banco do Brasil

Fone: (46) 3242-1686/1407

85560-000

Chopinzinho

Paraná

## 4. CONCLUSÃO

Diante do exposto, concluo que o **PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 048/2025, DE 09 DE JULHO DE 2025** não apresenta vícios de ordem financeira, tampouco compromete o equilíbrio fiscal do Município, e diante da relevância social da matéria.

Por fim, considerando que não compromete o equilíbrio financeiro do Município e ainda possibilita o acesso a recursos externos para a efetivação de políticas públicas voltadas à promoção da igualdade racial, conforme a proposição do **PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 048/2025, DE 09 DE JULHO DE 2025**, meu voto é **FAVORÁVEL** à sua **TRAMITAÇÃO**.

Câmara Municipal de Chopinzinho, 17 de julho de 2025.

Edilson Francisco Possera

**Vereador-relator**

*(Assinado digitalmente)*



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: C894-50C9-ED67-9D3F

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ EDILSON FRANCISCO POSSERA (CPF 007.XXX.XXX-30) em 17/07/2025 17:48:11 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ LOELI ANA NERVIS (CPF 835.XXX.XXX-72) em 17/07/2025 17:50:07 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ SAIMON ROBERTO MIRI (CPF 055.XXX.XXX-59) em 17/07/2025 17:50:47 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/C894-50C9-ED67-9D3F>

**Proc. Administrativo Projeto de Lei - 7- 048/2025**

**De:** Gézica B. - CM-DA-SG

**Para:** CM-AJ - Assessoria Jurídica

**Data:** 21/07/2025 às 17:27:01

**Setores (CC):**

CM-DA-PG, CM-DA-SG, CM-AJ, CM-AP

Encaminhado parecer da Comissão de Infraestrutura, Bem-Estar Social e Desenvolvimento Local.

—

**Gézica Bertoldi**

*Secretária Geral*

*CRA-PR Nº 20-31205*

*(Datado e assinado digitalmente)*

*Câmara Municipal de Chopinzinho*

**Anexos:**

Parecer\_CIBESDL\_Projeto\_de\_Lei\_n\_048\_2025.pdf



# Câmara Municipal de Chopinzinho

CNPJ 77.774.511/0001-95

e-mail: [camara@chopinzinho.pr.leg.br](mailto:camara@chopinzinho.pr.leg.br) – site: [www.camarachopinzinho.pr.gov.br](http://www.camarachopinzinho.pr.gov.br)

Rua Diogo Antônio Feijó, 4073 – Centro – Anexo ao Banco do Brasil

**Fone: (46) 3242-1686/1407**

85560-000

Chopinzinho

Paraná

## COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA, BEM-ESTAR SOCIAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL

### VOTO DA VEREADOR-RELATOR

#### Proc. Administrativo Projeto de Lei n. 048/2025

**Tipo de Matéria:** Projeto de Lei Ordinária

**Número da Matéria:** 048/2025 de 09/07/2025

**Vereador-relator:** Rosani Checelski

**Data do Protocolo:** 14/07/2025

**Autor:** Poder Executivo Municipal

**Ementa:** Cria o Conselho Municipal de Promoção de Igualdade Racial (CMPIR) e o Fundo Municipal de Promoção de Igualdade Racial do Município de Chopinzinho.

**Conclusão do Relator:** Favorável à tramitação da matéria.

#### 1. RELATÓRIO

Submete-se à apreciação desta Comissão de Infraestrutura, Bem-Estar Social e Desenvolvimento Local ao **PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 048/2025, DE 09 DE JULHO DE 2025**, de autoria do Poder Executivo, tem como finalidade a criação do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (COMPIR) e do respectivo Fundo Municipal, instrumentos essenciais para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à promoção da igualdade racial, ao combate ao racismo e à valorização da diversidade étnico-racial.

O COMPIR será um órgão consultivo, deliberativo e propositivo, com composição paritária entre poder público e sociedade civil, e estará vinculado à Secretaria de Assistência Social, Mulher e Direitos Humanos. O Fundo, por sua vez, será o meio de financiamento das ações e programas desenvolvidos no âmbito dessas políticas.

Sob a perspectiva da Comissão de Infraestrutura, Bem-Estar Social e Desenvolvimento Local, o projeto revela-se de extrema importância para o fortalecimento das ações sociais e inclusivas no município, promovendo a cidadania, o respeito à diversidade e o combate às desigualdades estruturais que ainda persistem em nossa sociedade.

A criação do Conselho proporciona um espaço institucionalizado de escuta e participação popular, enquanto o Fundo garante as condições materiais para o desenvolvimento de ações concretas. O projeto também se mostra alinhado com diretrizes estaduais e federais, o que possibilita a captação de recursos externos para financiar as ações propostas.

Importante destacar que, além do mérito social, o projeto contribui para o desenvolvimento local sustentável, ao garantir mais acesso a direitos, inclusão social e valorização das identidades étnico-raciais, fomentando uma sociedade mais igualitária e justa.

#### 2. POSICIONAMENTO PESSOAL

Do ponto de vista pessoal, entendo que a proposta apresentada no **PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 048/2025, DE 09 DE JULHO DE 2025**, representa um avanço fundamental para



# Câmara Municipal de Chopinzinho

CNPJ 77.774.511/0001-95

e-mail: [camara@chopinzinho.pr.leg.br](mailto:camara@chopinzinho.pr.leg.br) – site: [www.camarachopinzinho.pr.gov.br](http://www.camarachopinzinho.pr.gov.br)

Rua Diogo Antônio Feijó, 4073 – Centro – Anexo ao Banco do Brasil

**Fone: (46) 3242-1686/1407**

85560-000

Chopinzinho

Paraná

a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e desenvolvida. A promoção da igualdade racial deve ser tratada como uma política pública estratégica, e não apenas como um princípio abstrato.

A criação do Conselho e do Fundo Municipal de Promoção da Igualdade Racial demonstra um compromisso concreto do Município de Chopinzinho com a superação das desigualdades étnico-raciais e a valorização da diversidade. Esses instrumentos permitirão que o poder público atue de forma planejada, participativa e transparente, viabilizando ações efetivas nas áreas de educação, saúde, cultura, geração de renda, entre outras.

Vejo com entusiasmo a proposta, pois ela reforça o papel do Município como agente de transformação social e desenvolvimento humano. A institucionalização dessas políticas, com orçamento próprio e participação ativa da sociedade civil, fortalece os pilares do bem-estar coletivo e contribui para o progresso social de nossa cidade.

### 3. MANIFESTAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO

Encaminho este voto aos demais membros da Comissão, e solicito que se manifestem eletronicamente no momento da reunião oficial da Comissão. As opções disponíveis para manifestação, conforme Regimento Interno e o sistema de tramitação e assinaturas digitais oficial da Câmara, são as seguintes:

- 1 - Favorável à tramitação: deverá assinar eletronicamente este voto.
- 2 - Favorável à tramitação com restrições: deverá assinar eletronicamente este voto e informar as restrições.
- 3 - Contrário à tramitação: deverá recusar a assinatura deste voto e, se julgar necessário, protocolar seu voto separado via sistema, no prazo definido pela maioria dos membros da comissão durante a reunião oficial.

Caso este voto obtenha o acompanhamento da maioria dos membros, será automaticamente considerado como o Parecer da Comissão, referente ao Projeto de Lei, sem a necessidade de elaboração de outro documento, conforme disposto no Regimento Interno.

Se, entretanto, este voto não obtiver o acompanhamento da maioria, o presidente da comissão designará um novo relator, que apresentará um novo voto no prazo regimental. Nesse caso, este voto será registrado como voto vencido e permanecerá acessível no processo eletrônico para fins de consulta.

### 4. CONCLUSÃO

Diante do exposto, concluo que o **PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 048/2025, DE 09 DE JULHO DE 2025** apresenta fundamentos sólidos, promove a participação popular e viabiliza a implementação de ações afirmativas estruturadas e financeiramente sustentáveis, configurando-se como uma iniciativa de alto valor social para o Município de Chopinzinho.







# Câmara Municipal de Chopinzinho

CNPJ 77.774.511/0001-95

e-mail: [camara@chopinzinho.pr.leg.br](mailto:camara@chopinzinho.pr.leg.br) – site: [www.camarachopinzinho.pr.gov.br](http://www.camarachopinzinho.pr.gov.br)

Rua Diogo Antônio Feijó, 4073 – Centro – Anexo ao Banco do Brasil

**Fone: (46) 3242-1686/1407**

85560-000

Chopinzinho

Paraná

Por fim, por reconhecer sua importância para a promoção do bem-estar social e o desenvolvimento local do Município de Chopinzinho, conforme a proposição do **PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 048/2025, DE 09 DE JULHO DE 2025**, meu voto é **FAVORÁVEL** à sua **TRAMITAÇÃO**.

Câmara Municipal de Chopinzinho, 17 de julho de 2025.

Rosani Checelski

**Vereador-relator**

*(Assinado digitalmente)*





## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: EF6B-7548-7918-6ECE

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ ROSANI CHECELSKI (CPF 020.XXX.XXX-81) em 18/07/2025 08:58:08 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ SAIMON ROBERTO MIRI (CPF 055.XXX.XXX-59) em 18/07/2025 09:07:54 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ ENIO VALDIR CENI (CPF 306.XXX.XXX-72) em 18/07/2025 09:22:49 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/EF6B-7548-7918-6ECE>

**Proc. Administrativo Projeto de Lei - 8- 048/2025**

**De:** Gézica B. - CM-DA-SG

**Para:** CM-DA-PG - Protocolo Geral

**Data:** 21/07/2025 às 17:27:55

**Setores (CC):**

CM-DA-PG, CM-DA-SG

Conforme determinação da Presidência, o Projeto de Lei foi incluído na pauta da Sessão Ordinária a ser realizada nesta data, 22 de julho de 2025, para fins de discussão e votação em turno único, tendo em vista que o projeto tramita pelo rito sumário, bem como para que o parecer da comissão seja formalmente comunicado em plenário.

—  
**Gézica Bertoldi**

*Secretária Geral*

*CRA-PR Nº 20-31205*

*(Datado e assinado digitalmente)*

*Câmara Municipal de Chopinzinho*

**Proc. Administrativo Projeto de Lei - 9- 048/2025**

**De:** Rubia R. - CM-PL

**Para:** Envolvidos internos acompanhando

**Data:** 22/07/2025 às 17:31:27

Segue Parecer Jurídico.

—

**Rubia M. S. Rocha**

*Procuradora Legislativa*

**Anexos:**

Parecer\_juridico\_PL\_048\_25\_interesse\_local.pdf

---

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura	
Rubia Mara Storti Rocha	22/07/2025 17:31:37	1Doc	RUBIA MARA STORTI ROCHA CPF 030.XXX.XXX-04

Para verificar as assinaturas, acesse <https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **1E50-85CA-C112-B29C**



# Câmara Municipal de Chopinzinho - PR

## PROCURADORIA LEGISLATIVA

e-mail: [procuradoria@chopinzinho.pr.leg.br](mailto:procuradoria@chopinzinho.pr.leg.br)

(46) 3242-1686/1407

### **PARECER JURÍDICO N. 084/2025** **Processo Administrativo n. 048/2025** **Projeto de Lei**

#### **I – DO PEDIDO**

Trata-se de requerimento a Procuradoria Legislativa referente à elaboração de parecer em relação o Projeto de Lei n. 048/2025 que “Cria o Conselho Municipal de Promoção de Igualdade Racial (CMPIR) e o Fundo Municipal de Promoção de Igualdade Racial do Município de Chopinzinho, e dá outras providências.”.

#### **II – DA FUNDAMENTAÇÃO**

Cabe ressaltar que, a autorização legislativa é necessária para diversas ações do Poder Executivo que envolvem decisões estratégicas, financeiras ou administrativas relevantes. Neste caso, observa-se que a presente autorização está prevista na Lei Orgânica Municipal.

Ademais, a Lei Orgânica Municipal leciona que:

Art. 5º - Compete ao Município:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

Destaca-se que o objeto do presente Projeto de Lei **encontra-se devidamente justificado na mensagem anexa ao Projeto de Lei.**

#### **III – DO ENTENDIMENTO DESTA PROCURADORIA LEGISLATIVA**

Diante do exposto, salvo melhor juízo, entende esta Procuradoria Legislativa que **não há óbices jurídicos à tramitação e à eventual aprovação** do Projeto de Lei n. 048/2025, desde que observadas as disposições regimentais da Câmara Municipal e eventuais ajustes legais pertinentes.



# **Câmara Municipal de Chopinzinho - PR**

## **PROCURADORIA LEGISLATIVA**

*e-mail: [procuradoria@chopinzinho.pr.leg.br](mailto:procuradoria@chopinzinho.pr.leg.br)*

**(46) 3242-1686/1407**

---

Ressalto, todavia, o caráter meramente opinativo do presente parecer, cabendo aos nobres vereadores acatá-lo ou não, podendo ainda no uso da função legislativa dos mesmos, verificar a oportunidade e conveniência e o interesse público na aprovação do Projeto de Lei retro mencionado, respeitando-se as formalidades legais e regimentais vigentes.

Chopinzinho, 22 de julho de 2025.

Rubia Mara Storti Rocha  
OAB/PR 46.935

**Proc. Administrativo Projeto de Lei - 10- 048/2025**

**De:** Gézica B. - CM-DA-SG

**Para:** CM-DA-PG - Protocolo Geral

**Data:** 23/07/2025 às 20:03:20

**Setores (CC):**

CM-DA-PG, CM-DA-SG

Informo que o Projeto de Lei foi discutido e aprovado em votação final, por unanimidade dos vereadores, conforme registrado em ata e transmitido ao vivo durante a Sessão Ordinária realizada em 22 de julho de 2025.

Dessa forma, encaminho o presente procedimento ao Protocolo Geral, para que anexe a este procedimento o Memorando/Autógrafo Legislativo de envio do projeto ao Prefeito para sanção.

O prazo para sanção é de 15 dias úteis, contados da data de recebimento do projeto pelo Prefeito, conforme o art. 54, §1º, da Lei Orgânica do Município de Chopinzinho.

—  
**Gézica Bertoldi**

*Secretária Geral*

*CRA-PR Nº 20-31205*

*(Datado e assinado digitalmente)*

*Câmara Municipal de Chopinzinho*

**Proc. Administrativo Projeto de Lei - 11- 048/2025**

**De:** Danilo P. - CM-DA-PG

**Para:** CM-DA-PG - Protocolo Geral

**Data:** 24/07/2025 às 10:39:53

**Setores (CC):**

CM-DA-PG, CM-DA-SG

Memorando 3.992/2025 - encaminha Projeto de lei 48-2025

—

**Danilo dos Santos Pinto**  
TÉCNICO ADMINISTRATIVO

*Datado e assinado digitalmente*

***Câmara Municipal de Chopinzinho***



## Memorando 3.992/2025

**De:** Danilo P. - CM-DA-PG

**Para:** PGM - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

**Data:** 24/07/2025 às 09:10:15

### AUTÓGRAFO LEGISLATIVO

Senhor Prefeito,

O Poder Legislativo do Município de Chopinzinho, Estado do Paraná, aprovou o Projeto de Lei nº 048/2025, sem emendas.

Encaminho o referido projeto para sanção ou veto, nos termos do Art. 42 da Resolução nº 005/2023 (Regimento Interno da Câmara Municipal) e do Art. 54 da Lei Orgânica do Município, que dispõem sobre os prazos para sanção, veto e promulgação das leis municipais.

Para sua ciência e acompanhamento, segue o link para consulta ao processo legislativo completo, contendo todas as informações e etapas do trâmite: <https://sapl.chopinzinho.pr.leg.br/materia/2240>

Lídia Posso  
Presidente

(Assinado digitalmente)

---

Assinado digitalmente (emissão) por:

Assinante	Data	Assinatura
Lídia Posso	24/07/2025 11:51:16	1Doc LÍDIA POSSO CPF 024.XXX.XXX-96

Para verificar as assinaturas, acesse <https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **E38D-7459-6682-953C**

## Memorando 1- 3.992/2025

**De:** Thaise V. - PGM

**Para:** PGM-AJ/TV - ASSESSORIA JURÍDICA

**Data:** 24/07/2025 às 09:23:27

—  
**Thaise Viola**

*Assessoria Jurídica*

**Memorando 2- 3.992/2025**

**De:** Thaise V. - PGM-AJ/TV

**Para:** Envolvidos internos acompanhando

**Data:** 29/07/2025 às 08:43:51

Prezados;

CERTIFICO E DOU FÉ que o Projeto de Lei nº 048/2025 foi sancionado pelo Sr. Prefeito, tornando-se a Lei nº 4.129/2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná aos 29 dias do mês de julho do ano de 2025.

Atenciosamente,

—

**Thaise Viola**

*Assessoria Jurídica*

**Anexos:**

lei\_4\_129\_2025\_digitalizada.pdf

lei\_4\_129\_2025\_publicacao.pdf



**LEI Nº 4.129, DE 24 DE JULHO DE 2025**

**Cria o Conselho Municipal de Promoção de Igualdade Racial (CMPIR) e o Fundo Municipal de Promoção de Igualdade Racial do Município de Chopinzinho, e dá outras providências.**

**O PREFEITO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ,** no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou o Projeto de Lei 048/2025, de autoria do Poder Executivo, e eu sanciono e promulgo a seguinte:

**LEI:**

**Capítulo I**

**Disposições Gerais**

**Art. 1º** Ficam criados, no âmbito do Município de Chopinzinho, o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (CMPIR) e o Fundo Municipal de Promoção da Igualdade Racial (FMPPIR).

**Capítulo II**

**Do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial**

**Art. 2º** O CMPIR tem por finalidade propor, acompanhar, fiscalizar e avaliar políticas públicas voltadas à promoção da igualdade racial, à superação do racismo estrutural e institucional, e à valorização da diversidade étnico-racial no município, sendo um espaço permanente de participação social, composto por representantes do poder público e da sociedade civil.

Parágrafo único. São competências do CMPIR:

- I - Contribuir para a formulação de políticas públicas que assegurem os direitos da população negra, indígena, quilombola e de outros grupos étnico-raciais historicamente discriminados;
- II - Promover o enfrentamento de todas as formas de racismo, preconceito, intolerância e discriminação racial;
- III - Fomentar a equidade racial nas áreas de educação, saúde, cultura, trabalho, segurança, moradia e direitos humanos;
- IV - Acompanhar a implementação de ações afirmativas e de reparação social;



## MUNICÍPIO DE **CHOPINZINHO**

V - Estimular a articulação entre órgãos governamentais, entidades civis e a comunidade para fortalecer a cidadania e a justiça racial;

VI - Atuar como instância de controle social, monitoramento e avaliação das políticas públicas de igualdade racial no território municipal.

**Art. 3º** O Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial é integrado por 8(oito) conselheiros titulares, sendo 4 (quatro) representantes do Poder Público e 4 (quatro) representantes da Sociedade Civil organizada, e 8 (oito) suplentes na mesma configuração, os quais serão nomeados e empossados por meio de Decreto do Poder Executivo, com a seguinte composição:

§1º Representantes do Poder Público:

I - um integrante do Departamento da Cultura, com formação ou atuação em políticas culturais, e um suplente;

II - um integrante da Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Direitos Humanos com atuação em políticas sociais, e um suplente;

III - um integrante da Secretaria da Educação, com formação em educação para as relações étnico-raciais, e um suplente;

IV - um integrante da Secretaria da Saúde, com atuação em políticas de saúde para a população negra, e um suplente.

§2º Representantes da sociedade civil organizada:

I) um integrante do Movimento Negro, com experiência em questões de igualdade racial, e um suplente;

II- um integrante representante da cultura indígena; e um suplente

III - um integrante da APAE como representante dos PCDs negros e indígenas e os demais; e um suplente;

IV - um integrante do Movimento das Mulheres Negras, com atuação nas questões de gênero e igualdade racial, e um suplente.

§3º O Conselho reunir-se-á ordinariamente bimestralmente e, extraordinariamente quando convocado pelo Presidente.

§4º As reuniões do Conselho terão caráter deliberativo, consultivo, propositivo e fiscalizador, cabendo aos conselheiros a apreciação dos projetos apresentados.

§5º A participação das entidades de classe será efetivada por meio do envio de pareceres prévios acerca dos projetos discutidos pelo Conselho.

§6º As reuniões do Conselho serão abertas à participação de qualquer interessado, sendo garantido o direito à palavra.





§7º Todas as reuniões serão registradas em um Livro Ata, que será assinado por todos os presentes e lida na reunião seguinte.

**Art. 4º** O CMPIR é órgão consultivo, deliberativo e propositivo, vinculado à Secretaria de Assistência Social, Mulher e Direitos Humanos, com atuação autônoma e composição paritária entre representantes do poder público e da sociedade civil.

§1º A participação no Conselho é considerada serviço de relevante interesse público, não remunerada.

§2º Os conselheiros titulares e suplentes terão mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução. A ausência injustificada em 2 (duas) reuniões ordinárias poderá acarretar substituição, mediante decisão do plenário do CMPIR.

§3º Os casos omissos serão resolvidos pelo plenário do CMPIR, respeitada a legislação vigente.

§4º Propostas de alteração desta Lei poderão ser apresentadas por qualquer membro do CMPIR, devendo ser aprovadas por maioria simples em reunião extraordinária convocada para esse fim.

§5º O CMPIR deverá zelar pelos princípios da igualdade racial, justiça social, inclusão e respeito à diversidade étnico-racial, atuando de forma transparente, democrática e participativa.

§6º O Regimento Interno do CMPIR deverá ser aprovado em até 60 (sessenta) dias da publicação desta Lei.

**Art. 5º** O município de Chopinzinho instituirá o Plano Municipal para a Promoção da Igualdade Racial, garantindo a participação da sociedade civil na elaboração e acompanhamento do plano, de forma a assegurar a efetividade das políticas públicas de igualdade racial.

### **Capítulo III**

#### **Do Fundo Municipal de Promoção da Igualdade Racial**

**Art. 6º** Fica instituído o Fundo Municipal de Promoção da Igualdade Racial (FMPPIR), vinculado à Secretaria de Assistência Social, Mulher e Direitos Humanos, destinado a financiar programas, projetos e ações que promovam a igualdade racial no Município.

**Art. 7º** Constituem recursos do FMPPIR:

I - a dotação a ele consignada no orçamento do Município, em rubrica orçamentária específica;

II - recursos provenientes do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (CONSEPIR);



III - recursos provenientes do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR);

IV - recursos provenientes do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR);

V - doações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados, incluindo as doações de entidades privadas, organizações não governamentais, nacional ou internacionais;

VI - rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e aplicações de capital;

VII - outros recursos que forem destinados pela Administração Pública Direta e Indireta;

VIII - recursos provenientes de fundos sociais de empresas estatais.

§1º Os recursos financeiros destinados ao Fundo serão depositados em conta especial e independente, a ser aberta e mantida em banco oficial no Município, garantindo a transparência na alocação e execução dos recursos.

§2º A aplicação de recursos dependerá sempre da existência de disponibilidade financeira, conforme a programação definida pelo Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial - COMPIR, garantindo que os recursos sejam aplicados de acordo com o plano de ação da política de igualdade racial, em conformidade com as diretrizes da Lei nº 12.288/2010.

**Art. 8º** A aplicação dos recursos do FMPIR observará os seguintes critérios:

I - transparência, legalidade e eficiência;

II - atendimento às diretrizes aprovadas pelo COMPIR;

III - priorização de ações afirmativas voltadas a populações vulnerabilizadas racialmente.

**Art. 9º** A gestão financeira do FMPIR será exercida pela Secretaria de Assistência Social, Mulher e Direitos Humanos, sendo este o ordenador de despesas, cabendo-lhe:

I - a prática de todos os atos administrativos necessários à execução dos recursos do Fundo, relacionados aos sistemas de planejamento financeiro e administração geral, conforme as diretrizes da Lei nº 12.288/2010 e as políticas públicas de ação afirmativa estabelecidas no art. 56;

II - o controle e contabilidade do Fundo, conforme previamente aprovado pelo Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial - COMPIR;

III - emitir notas de empenho, cheques e ordens de pagamento, de acordo com a legislação vigente;





IV - obter da Secretaria Municipal de Administração e Finanças os demonstrativos que indiquem a situação econômico-financeira do Fundo;

V - manter, em coordenação com o setor de Patrimônio do Município, o controle da alienação dos bens patrimoniais que se constituam em receita do Fundo;

VI - encaminhar ao Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial relatórios de acompanhamento e avaliação do Plano de Aplicação de recursos do Fundo, e, quando solicitado, a avaliação da situação econômico-financeira do Fundo, conforme demonstrativos emitidos pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças;

VII - receber, examinar, acompanhar, instruir, tramitar e processar as prestações de contas do Fundo;

VIII - elaborar, apresentar e dar publicidade ao relatório anual de todas as atividades desenvolvidas pelo Conselho no período, encaminhando-o ao Prefeito, aos representantes dos demais Poderes e à Sociedade Civil, conforme as diretrizes de transparência e controle social.

**Art. 10** Compete ao Titular da Secretaria de Assistência Social, Mulher e Direitos Humanos:

I - a função de ordenador de despesa, garantindo a execução dos recursos do Fundo conforme o Plano de Políticas Públicas de Igualdade Racial;

II - autorizar a prática dos atos administrativos necessários à execução dos recursos do Fundo;

III - autorizar a instauração e homologação de licitação, dispensa ou demais procedimentos correlatos, nos termos da legislação aplicável, e conforme as diretrizes da Lei nº 12.288/2010, que assegura a implementação das ações afirmativas nas áreas de educação, emprego, moradia e outras;

IV - autorizar as notas de empenho, cheques e ordens de pagamento, para garantir a alocação eficiente dos recursos destinados à promoção da igualdade racial.

**Art. 11.** Os saldos financeiros do Fundo Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, constantes do balanço anual geral serão transferidos para o exercício seguinte, garantindo a continuidade das ações de promoção da igualdade racial e o uso eficiente dos recursos públicos.

#### **Capítulo IV** **Disposições Finais**

**Art. 12.** O Poder Executivo regulamentará, no que couber, a presente Lei no prazo de até 90 (noventa) dias.

**Art. 13.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.






# MUNICÍPIO DE **CHOPINZINHO**

**Art. 14.** Revoga-se a Lei Municipal nº 3.649, de 01 de setembro de 2017.

**GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO - PR, 24 DE JULHO DE 2025.**

  
**ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO**  
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado  
do Paraná – AMP  
SIGPUB – Sistema Gerenciador de Publicações Legais  
EDIÇÃO nº 3309 de 29/07/2025

Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: [prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br](mailto:prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br)

Rua Miguel Procópio Kurpel, 1811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná

---

**ESTADO DO PARANÁ**  
**MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO**

---

**GABINETE DO PREFEITO**

**LEI 4.129, DE 24 DE JULHO DE 2025- CRIA O CONSELHO MUNICIPAL  
DE PROMOÇÃO DE IGUALDADE RACIAL (CMPIR) E O FUNDO  
MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DE IGUALDADE RACIAL DO MUNICÍPIO  
DE CHOPINZINHO**

**LEI N° 4.129, DE 24 DE JULHO DE 2025**

Cria o Conselho Municipal de Promoção de  
Igualdade Racial (CMPIR) e o Fundo Municipal  
de Promoção de Igualdade Racial do Município  
de Chopinzinho, e dá outras providências.

**O PREFEITO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO  
PARANÁ**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por  
Lei,  
Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou o Projeto de Lei  
048/2025, de autoria do Poder Executivo, e eu sanciono e  
promulgo a seguinte:

**LEI:**

**Capítulo I**

**Disposições Gerais**

**Art. 1º** Ficam criados, no âmbito do Município de  
Chopinzinho, o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade  
Racial (CMPIR) e o Fundo Municipal de Promoção da  
Igualdade Racial (FMPPIR).

**Capítulo II**

**Do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial**

**Art. 2º** O CMPIR tem por finalidade propor, acompanhar,  
fiscalizar e avaliar políticas públicas voltadas à promoção da  
igualdade racial, à superação do racismo estrutural e  
institucional, e à valorização da diversidade étnico-racial no  
município, sendo um espaço permanente de participação social,  
composto por representantes do poder público e da sociedade  
civil.

Parágrafo único. São competências do CMPIR:

I - Contribuir para a formulação de políticas públicas que  
assegurem os direitos da população negra, indígena,  
quilombola e de outros grupos étnico-raciais historicamente  
discriminados;

II - Promover o enfrentamento de todas as formas de racismo,  
preconceito, intolerância e discriminação racial;

III - Fomentar a equidade racial nas áreas de educação, saúde,  
cultura, trabalho, segurança, moradia e direitos humanos;

IV - Acompanhar a implementação de ações afirmativas e de  
reparação social;

V - Estimular a articulação entre órgãos governamentais,  
entidades civis e a comunidade para fortalecer a cidadania e a  
justiça racial;

VI - Atuar como instância de controle social, monitoramento e  
avaliação das políticas públicas de igualdade racial no território  
municipal.

**Art. 3º** O Conselho Municipal de Promoção da Igualdade  
Racial é integrado por 8(oito) conselheiros titulares, sendo 4  
(quatro) representantes do Poder Público e 4 (quatro)  
representantes da Sociedade Civil organizada, e 8 (oito)  
suplentes na mesma configuração, os quais serão nomeados e  
empossados por meio de Decreto do Poder Executivo, com a  
seguinte composição:

§1º Representantes do Poder Público:

I - um integrante do Departamento da Cultura, com formação  
ou atuação em políticas culturais, e um suplente;

II - um integrante da Secretaria Municipal de Assistência  
Social, Mulher e Direitos Humanos com atuação em políticas  
sociais, e um suplente;

III - um integrante da Secretaria da Educação, com formação  
em educação para as relações étnico-raciais, e um suplente;

IV - um integrante da Secretaria da Saúde, com atuação em  
políticas de saúde para a população negra, e um suplente.

§2º Representantes da sociedade civil organizada:

I) um integrante do Movimento Negro, com experiência em  
questões de igualdade racial, e um suplente;

II- um integrante representante da cultura indígena; e um  
suplente

III - um integrante da APAE como representante dos PCDs negros e indígenas e os demais; e um suplente;

IV - um integrante do Movimento das Mulheres Negras, com atuação nas questões de gênero e igualdade racial, e um suplente.

§3º O Conselho reunir-se-á ordinariamente bimestralmente e, extraordinariamente quando convocado pelo Presidente.

§4º As reuniões do Conselho terão caráter deliberativo, consultivo, propositivo e fiscalizador, cabendo aos conselheiros a apreciação dos projetos apresentados.

§5º A participação das entidades de classe será efetivada por meio do envio de pareceres prévios acerca dos projetos discutidos pelo Conselho.

§6º As reuniões do Conselho serão abertas à participação de qualquer interessado, sendo garantido o direito à palavra.

§7º Todas as reuniões serão registradas em um Livro Ata, que será assinado por todos os presentes e lida na reunião seguinte.

**Art. 4º** O CMPIR é órgão consultivo, deliberativo e propositivo, vinculado à Secretaria de Assistência Social, Mulher e Direitos Humanos, com atuação autônoma e composição paritária entre representantes do poder público e da sociedade civil.

§1º A participação no Conselho é considerada serviço de relevante interesse público, não remunerada.

§2º Os conselheiros titulares e suplentes terão mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução. A ausência injustificada em 2 (duas) reuniões ordinárias poderá acarretar substituição, mediante decisão do plenário do CMPIR.

§3º Os casos omissos serão resolvidos pelo plenário do CMPIR, respeitada a legislação vigente.

§4º Propostas de alteração desta Lei poderão ser apresentadas por qualquer membro do CMPIR, devendo ser aprovadas por maioria simples em reunião extraordinária convocada para esse fim.

§5º O CMPIR deverá zelar pelos princípios da igualdade racial, justiça social, inclusão e respeito à diversidade étnico-racial, atuando de forma transparente, democrática e participativa.

§6º O Regimento Interno do CMPIR deverá ser aprovado em até 60 (sessenta) dias da publicação desta Lei.

**Art. 5º** O município de Chopinzinho instituirá o Plano Municipal para a Promoção da Igualdade Racial, garantindo a participação da sociedade civil na elaboração e acompanhamento do plano, de forma a assegurar a efetividade das políticas públicas de igualdade racial.

### **Capítulo III**

#### **Do Fundo Municipal de Promoção da Igualdade Racial**

**Art. 6º** Fica instituído o Fundo Municipal de Promoção da Igualdade Racial (FMPPIR), vinculado à Secretaria de Assistência Social, Mulher e Direitos Humanos, destinado a financiar programas, projetos e ações que promovam a igualdade racial no Município.

**Art. 7º** Constituem recursos do FMPPIR:

I - a dotação a ele consignada no orçamento do Município, em rubrica orçamentária específica;

II - recursos provenientes do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (CONSEPIR);

III - recursos provenientes do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR);

IV - recursos provenientes do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR);

V - doações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados, incluindo as doações de entidades privadas, organizações não governamentais, nacional ou internacionais;

VI - rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e aplicações de capital;

VII - outros recursos que forem destinados pela Administração Pública Direta e Indireta;

VIII - recursos provenientes de fundos sociais de empresas estatais.

§1º Os recursos financeiros destinados ao Fundo serão depositados em conta especial e independente, a ser aberta e mantida em banco oficial no Município, garantindo a transparência na alocação e execução dos recursos.

§2º A aplicação de recursos dependerá sempre da existência de disponibilidade financeira, conforme a programação definida pelo Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial - COMPIR, garantindo que os recursos sejam aplicados de acordo com o plano de ação da política de igualdade racial, em conformidade com as diretrizes da Lei nº 12.288/2010.

**Art. 8º** A aplicação dos recursos do FMPPIR observará os seguintes critérios:

- I - transparência, legalidade e eficiência;
- II - atendimento às diretrizes aprovadas pelo CMPIR;
- III - priorização de ações afirmativas voltadas a populações vulnerabilizadas racialmente.

**Art. 9º** A gestão financeira do FMPPIR será exercida pela Secretaria de Assistência Social, Mulher e Direitos Humanos, sendo este o ordenador de despesas, cabendo-lhe:

- I - a prática de todos os atos administrativos necessários à execução dos recursos do Fundo, relacionados aos sistemas de planejamento financeiro e administração geral, conforme as diretrizes da Lei nº 12.288/2010 e as políticas públicas de ação afirmativa estabelecidas no art. 56;
- II - o controle e contabilidade do Fundo, conforme previamente aprovado pelo Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial - COMPIR;
- III - emitir notas de empenho, cheques e ordens de pagamento, de acordo com a legislação vigente;
- IV - obter da Secretaria Municipal de Administração e Finanças os demonstrativos que indiquem a situação econômico-financeira do Fundo;
- V - manter, em coordenação com o setor de Patrimônio do Município, o controle da alienação dos bens patrimoniais que se constituição em receita do Fundo;
- VI - encaminhar ao Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial relatórios de acompanhamento e avaliação do Plano de Aplicação de recursos do Fundo, e, quando solicitado, a avaliação da situação econômico-financeira do Fundo, conforme demonstrativos emitidos pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças;
- VII - receber, examinar, acompanhar, instruir, tramitar e processar as prestações de contas do Fundo;
- VIII - elaborar, apresentar e dar publicidade ao relatório anual de todas as atividades desenvolvidas pelo Conselho no período, encaminhando-o ao Prefeito, aos representantes dos demais Poderes e à Sociedade Civil, conforme as diretrizes de transparência e controle social.

**Art. 10** Compete ao Titular da Secretaria de Assistência Social, Mulher e Direitos Humanos:

- I - a função de ordenador de despesa, garantindo a execução dos recursos do Fundo conforme o Plano de Políticas Públicas de Igualdade Racial;
- II - autorizar a prática dos atos administrativos necessários à execução dos recursos do Fundo;
- III - autorizar a instauração e homologação de licitação, dispensa ou demais procedimentos correlatos, nos termos da legislação aplicável, e conforme as diretrizes da Lei nº 12.288/2010, que assegura a implementação das ações afirmativas nas áreas de educação, emprego, moradia e outras;
- IV - autorizar as notas de empenho, cheques e ordens de pagamento, para garantir a alocação eficiente dos recursos destinados à promoção da igualdade racial.

**Art. 11.** Os saldos financeiros do Fundo Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, constantes do balanço anual geral serão transferidos para o exercício seguinte, garantindo a continuidade das ações de promoção da igualdade racial e o uso eficiente dos recursos públicos.

#### **Capítulo IV** **Disposições Finais**

**Art. 12.** O Poder Executivo regulamentará, no que couber, a presente Lei no prazo de até 90 (noventa) dias.

**Art. 13.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 14.** Revoga-se a Lei Municipal nº 3.649, de 01 de setembro de 2017.

**GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO - PR, 24 DE JULHO DE 2025.**

**ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Thaise Viola

**Código Identificador:**ADA4CB6F

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:  
<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>